

*PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71, DE 2007

(Do Sr. Dr. Nechar)

Inclui parágrafo único ao art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para definir os requisitos do requerimento que convoca reunião de audiência pública.

DESPACHO:

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DO PRC 80/1991 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DO PRC 80/1991 O PRC 67/2003, O PRC 156/2004, O PRC 158/2004, O PRC 166/2004, O PRC 231/2005, O PRC 235/2005, O PRC 262/2005, O PRC 311/2006, O PRC 314/2006, O PRC 4/2007, O PRC 14/2007, O PRC 23/2007, O PRC 56/2007, O PRC 63/2007, O PRC 71/2007, O PRC 92/2007, O PRC 109/2007, O PRC 110/2008, O PRC 112/2008, O PRC 113/2008, O PRC 221/2010, O PRC 134/2012 E O PRC 73/2019, E, EM SEGUIDA, APENSE-OS AO PRC 18/2003.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

(*) Atualizado em 28/2/2023 em virtude de novo despacho.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. , DE 2007 (Do Sr. DR. NECHAR)

Inclui parágrafo único ao art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para definir os requisitos do requerimento que convoca reunião de audiência pública.

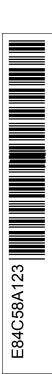
A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 255. (...)

Parágrafo único. O requerimento que convoca reunião de audiência pública deverá explicitar o nome dos convidados e as respectivas entidades ou órgãos que representam, bem como a delimitação do tema a ser discutido."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de estabelecer requisitos para o requerimento que convoca reunião de audiência pública nas Comissões.

Para tanto, a proposta define que, no momento da apresentação do referido requerimento, o solicitante deverá explicitar o nome dos convidados e as respectivas entidades ou órgãos que representam, bem como a delimitação do tema a ser discutido.

A alteração proposta baseia-se no fato de que, quando o requerimento é incluído na pauta da Comissão para discussão e votação mas não contém os dados supramencionados, não se atinge a finalidade da deliberação pelo plenário, já que, no documento, não constam as informações imprescindíveis para a análise do real cabimento e da conveniência da atividade apresentada.

Por todo o exposto, contamos com os nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado DR. NECHAR



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 1989

	Aprova o Regimento Interno da Câmara dos
	Deputados.
	LO VIII
DA PARTICIPAÇÃO	DA SOCIEDADE CIVIL
	TULO III
	TOTA DIDITO A

DA AUDIENCIA PUBLICA

- Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.
- Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.
- § 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.
- § 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.
- § 3º Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.
- § 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.
- § 5º Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado

FIM DO DOCUMENTO	
orador interpelar qualquer dos presentes.	
igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao	